

ALGUNS ASPECTOS ACERCA DO PAPEL DAS CIDADES DE MÉDIO PORTE NO PROCESSO DA GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA – O caso de Londrina-Paraná*

Adilson Francelino Alves

Mestrando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas.

resumo

Este artigo tem como objetivo principal analisar o processo pelo qual passam as cidades de médio porte no tocante à luta por recursos do chamado capital global visando seu processo de industrialização. Intenta problematizar estas questões de forma a introduzir a discussão a respeito da eficácia das políticas públicas e dos projetos de industrialização implementados nesses municípios no período recente da história brasileira, na tentativa de tornar as cidades mais atrativas ao grande capital internacional. Para isso analisou-se a cidade de Londrina, que está implementando uma ampla política visando a reestruturação de seu parque industrial. Trata-se de procurar entender como se constituem os discursos técnico e político dos poderes públicos locais que justificam a distribuição de recursos para projetos de industrialização e qual sua eficácia na geração de emprego e renda.

Palavras-chave: globalização; políticas públicas; descentralização administrativa.

“A realidade evolui mais rapidamente do que a nossa capacidade de sistematizar a sua compreensão. Assim, somos obrigados, às vezes, a olhá-la como um quadro impressionista: com uma certa distância, conscientes de que a imagem que vemos se baseia em pontos de impressão, e de que existem mais pontos do que somos capazes de observar. Não há dúvida de que são frágeis estas gestalts teóricas, saltos intuitivos onde o detalhe é parcial e a metodologia freqüentemente difusa. E, ainda assim, esta intuição nos diz que o que vemos é uma boa forma, algo que tem pé e cabeça.” (Ladislau Dowbor)

INTRODUÇÃO

Analisar o papel dos municípios brasileiros na dinâmica econômica mundial é tarefa bastante atual e fundamental, dadas as mudanças em curso na economia e à crescente importância atribuída, no exterior, pelos órgãos financiadores internacionais, às decisões e soluções locais. A ampliação dos poderes municipais, ocorrida com a promulgação da Carta Constitucional de 1988, ampliou também a importância dos municípios no âmbito nacional, onde passam a coordenar um amplo rol de atividades antes de atribuição exclusiva da União e dos estados. Isso implica a necessidade de reorganizar estas atividades a fim de satisfazer as novas exigências surgidas deste alargamento do poder.

Atividades como criação de um plano diretor que vise normatizar a utilização do solo urbano, estabelecimento de regras disciplinando construções, gerenciamento do meio ambiente, saúde, educação, transporte público, segurança e promoção do seu desenvolvimento econômico são algumas das tarefas hoje empreendidas pelos municípios. Algumas delas já eram tarefas tradicionais das municipalidades, outras são incorporadas pela Carta de 88. Dentre todas, a que se apresenta particularmente complexa é a do desenvolvimento econômico, em função das mudanças ocasionadas pela intensificação da globalização econômica, que tem provocado, além de outros desdobramentos, uma intensa movimentação das administrações municipais em todo o país.

Este artigo tem como objetivo principal analisar o processo por que passam as cidades brasileiras no tocante à luta por recursos do chamado capital global visando a sua indus-

* O texto é uma adaptação da monografia de mesmo nome apresentada como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Sociologia e Sociologia da Educação, da UEL, em fevereiro de 1999, sob orientação do professor Ricardo de Jesus Silveira.

rialização e o seu desenvolvimento econômico, como forma de problematizá-lo situando a discussão dos reflexos da globalização no âmbito das decisões locais. Nesse sentido, pretendemos introduzir a discussão da eficácia das políticas públicas e de projetos de industrialização implementados nos municípios no período recente da história brasileira, na tentativa de tornar as cidades mais atrativas ao grande capital internacional. Trata-se de entender como se constitui os discursos técnico e político dos poderes públicos locais que justificam a distribuição de recursos públicos para projetos de industrialização e sua eficácia na geração de emprego e renda.

Para pensar estas questões, dentre as várias cidades possíveis, escolhemos Londrina, que, por suas características históricas, culturais e geográficas e por seu porte e liderança regional, agrega fatores de atratividade para o capital como por exemplo, infra-estrutura urbana, recursos humanos, rede de educação, rede telemática e de telecomunicação, que são fatores de atratividade potenciais para investimentos externos, enquadrando-se, portanto, na categoria das cidades que pretendemos analisar aqui.

Assim, como objetivo geral pretende-se analisar a capacidade das cidades para produzir o seu próprio desenvolvimento, tendo em vista o fenômeno da globalização, e, como objetivos específicos, discutir a eficácia das políticas municipais de industrialização com relação à geração de emprego e renda, e, como desdobramento do item anterior, discutir a participação da sociedade civil organizada na proposição de políticas públicas.

Este trabalho não tem como preocupação esgotar todos os aspectos das dificuldades na implantação de tais projetos; ele é, antes de mais nada, uma introdução a essas problemáticas, levantando algumas das questões pertinentes para a discussão do tema.

O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO

O mundo vive hoje uma enorme transformação em todos os seus aspectos:

No aspecto social, onde a desregulamentação das relações de trabalho cria enormes problemas sociais, que vão desde o desemprego dos indivíduos sem nenhuma qualificação, que tradicionalmente não conseguem colocação no mercado de trabalho, até o desemprego estrutural, onde profissionais altamente qualificados não encontram colocação, apesar de cumprirem os requisitos exigidos pelo mercado. Dados de projeção apontam um desemprego de 13% para o ano de 1999.

No aspecto econômico e financeiro, a internacionalização do capital, através de seus mecanismos (bolsas de valores, transações via redes de computadores, etc.), dá ao grande capital uma mobilidade impressionante. Calcula-se que sejam movimentados cerca de 1 trilhão de dólares diariamente e que o capital especulativo represente cinquenta vezes mais volume que o produtivo. (DOWBOR, 1998).

No tocante à cultura, o impacto da mídia global, controlada por alguns grupos internacionais, coloca de maneira

simultânea todos os fatos interessantes (para eles) em nossas casas, transformando-se no que IANNI (1997, p.22) chama de “verdadeiro intelectual orgânico das classes, grupos ou blocos de poder dominantes no mundo”.

A nova geografia tecida pelas redes de interconexão do capital torna o mundo cada vez menor, no sentido de que as distâncias estão estreitadas pela enorme velocidade com que as informações e as pessoas transitam por ele. (SANTOS, 1996)

Em relação à questão administrativa, há a necessidade imperativa de o capital desregulamentar os Estados nacionais, e isso implica novas estruturas administrativas, mais ágeis e capazes de tornar as relações capitalistas mais dinâmicas e eficazes. Nesse sentido, tem-se trabalhado muito para a construção de uma racionalidade empresarial no setor público, de modo a concretizar as ambições do setor privado. (DOWBOR, 1987; MARICATO, 1997a e 1997b; HARVEY, 1996)

Todos estes fatores reunidos resultam no que comumente chamamos de globalização.¹ Este processo é colocado insistentemente como inevitável e irreversível, até porque não há atualmente nenhum projeto alternativo que se mostre consistente para se contrapor ao movimento global do capital (além, obviamente, das crises “periódicas” que o capital financeiro em sua migração constante ao redor do globo causa em diversas partes do planeta, colocando em xeque a própria existência do sistema), o que está obrigando os organismos de controle e regulação mundial como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o grupo dos sete países mais ricos do mundo (G-7), entre outros, a reuniões constantes visando discutir políticas de controle sobre o avanço do capital financeiro; mas, até agora, nada de concreto foi deliberado, até porque a crise não atingiu profundamente o centro do capital, que, ao contrário da periferia, vive um de seus melhores momentos econômicos (vide os Estados Unidos, cuja economia apresenta o melhor desempenho das últimas décadas).

Juntamente com este grande processo global, e sendo parte integrante dele, há um movimento em direção à descentralização e à fragmentação dos territórios nacionais, ocasionando uma nova estrutura de articulação territorial que não obedece, necessariamente, à constituição de um espaço geográfico contínuo como conhecíamos até agora, demarcado por fronteiras rígidas entre os Estados nacionais.

“O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São todavia os mesmos lugares que formam redes e formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas.” (SANTOS, 1996, p.16)

A nova rede de articulação do capital precisa colocar a administração local de forma privilegiada, tanto que se observou em Istambul, na conferência Habitat II, uma forte tendência à descentralização administrativa tanto a nível local como a nível territorial como forma de otimizar as relações entre o capital e as populações locais.

“As cidades e o poder local foram as grandes estrelas da conferência da ONU para os Assentamentos Humanos – Habitat II, realizada em Istambul, como se faz também em todos os documentos atuais das agências internacionais de fomento (...) BIRD, BID, USAID etc. Praticamente não há empréstimos internacionais que não exija a descentralização como contrapartida”. (MARICATO, 1997b, p.274)

O espaço criado para o desenvolvimento de soluções locais para problemas globais com o surgimento das organizações não governamentais (ONGs) ou “neogovernamentais” (como Castells as chama), representa um aspecto muito importante da fragmentação das unidades nacionais. As políticas de desenvolvimento traçadas centralmente (modelo keynesiano) para enfrentar crises, criar emprego, movimentar o capital e implementar o processo de desenvolvimento das nações têm demonstrado que não têm mais força para continuar cumprindo seu papel, sendo-lhes colocado, como alternativa, o fim do Welfare State (que por aqui nunca foi implementado com rigor) como fórmula mágica para o desenvolvimento econômico, para, com isso, alcançar o nível de desenvolvimento das nações do Primeiro Mundo.

A atuação dos organismos internacionais de financiamento e fomento do progresso é peça-chave e fundamental na efetivação das políticas que visam a rearticulação das forças produtivas e dos territórios.

“O FMI, o Banco Mundial, o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, fazem parte do governo mundial, que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje fazem, na prática e na ideologia, ao Estado territorial.” (SANTOS, 1996, p.18)

A efetivação desse processo (de flexibilização territorial), aliada ao desempenho das grandes empresas transnacionais, tem criado e dado um papel de destaque a um número bastante reduzido de cidades, que, por suas características específicas (recursos humanos, aparelhos urbanos, corpo técnico, transporte, comunicação, localização regional estratégica, etc.), concentram em seu território sedes administrativas e fabris das empresas transnacionais (ETNs). Esta aglomeração de serviços com preponderância de determinados serviços especializados fez surgir o conceito de “cidades globais”, em que se verifica uma tendência à hierarquização das cidades e sua posição no comando de determinados setores da economia.

“Segundo o conceito de ‘cidade global’, a hierarquização do sistema urbano internacional se explica pela distribuição desigual das funções supralocais de comando em relação aos processos de produção e valorização do capital. Ela encontra uma justificação de alcance ainda maior em Smith e Fargin (1987), para quem a classificação das cidades é função da distribuição das sedes sociais das 500 ou 1000

maiores multinacionais, portanto o centro das decisões tem ‘efeito multiplicador’ inegável sobre a economia urbana da região onde se implantaram”. (BENKO, 1996, p.58)

A base operacional das empresas transnacionais precisa ocorrer em determinados locais do globo (isto é fato). A conjunção de fatores específicos confere a algumas cidades “privilegiadas” um alto poder de liderança devido à sua posição de comando, pois são o ponto de ancoragem física das empresas transnacionais. Obviamente a hierarquia urbana não ocorre apenas em função do local da tomada de decisões. Hoje, com o avanço tecnológico, esta pode ocorrer em qualquer parte do globo; além disso, as decisões passam, inevitavelmente, pelo setor financeiro, e as decisões sempre são tomadas conjuntamente com os bancos e as empresas.

Para entender a importância dessas cidades no contexto global, é necessário observar a lógica da nova divisão internacional do trabalho, que, ao contrário dos modelos fordista e taylorista, prescindem das enormes plantas industriais — completas e auto-suficientes em si, onde todo o processo de fabricação dos produtos poderiam ser feitos em um mesmo espaço físico, grande o suficiente para conter as diversas etapas necessárias à venda no mercado.

“O que há de novo na divisão internacional do trabalho atual é que ela já não se caracteriza por empresas capitalistas que possuem cada qual sua identidade nacional e têm por objetivo vender seus produtos no mercado internacional. A divisão internacional do trabalho hoje é mais determinada por companhias transnacionais que operam simultaneamente num número incalculável de países diferentes e inclusive realizam freqüentemente suas transações no seio de seu próprio grupo, de modo que as grandes empresas têm à disposição uma rede internacional de departamentos de sua propriedade.” (BENKO, 1996, p.55)

Essas mudanças na divisão internacional do trabalho provocam o surgimento de verdadeiras redes interconectadas e com geografia amplamente distribuída, tecida e controlada no centro do capital pelas empresas transnacionais. Por conseguinte, as cidades têm procurado adequar-se a esta nova realidade para oferecer serviços que possam, dentro desse processo, torná-las “atrativas” ao capital. Isto permite às empresas transnacionais colocar-se no “mercado” das cidades de forma privilegiada e delas servir-se no amplo rol de produtos e serviços oferecidos a custo baixíssimo ou subsidiados pelos governos locais, em diversos pontos geográficos do planeta, para depois rearticulá-los de maneira a fechar o processo fabril em um número enorme de produtos que atendem a um público pulverizado pela mídia e cada vez mais exigente de qualidade e preço.

“A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital”. (SANTOS, 1996, p.19)

A “procura” e a constituição de espaços privilegiados para a reprodução do capital leva à constituição das chamadas “cidades globais” pelas empresas transnacionais. A tentativa de incluir as cidades nacionais nesta rede mundial tem provocado uma grande movimentação e disputa entre os municípios, na tentativa de conquistar bases fabris internacionais para sua região, e alcançar, assim, um lugar privilegiado no cenário econômico mundial.

“De maneira geral, o conceito da ‘cidade global’ pode vir a respaldar a hipótese de uma desregionalização da hierarquia urbana. De fato, o lugar e o potencial econômico da cidade capitalista dependem cada vez menos do papel de metrópole regional que ela pode desempenhar e cada vez mais de suas funções de comandos transregionais.” (BENKO, 1996, p.58)

Mas esse processo é apenas a face visível. Subjacente a ele ocorre uma profunda transformação, que nos últimos anos tem elevado o papel dos municípios a uma importância cada vez mais acentuada no processo de implementação de políticas de atratividade ao capital como, por exemplo, utilização de estudos aprofundados (ou não) das potencialidades municipais que visam fundamentalmente balizar e mapear os melhores setores das atividades municipais para ser utilizados pelos grandes empresários que buscam nestes os elementos que minimizem os riscos e ampliem os lucros, o que se faz muitas vezes graças aos fartos incentivos destinados aos novos empreendimentos.

“As potencialidades de crescimento e adaptação dos diversos centros urbanos às novas condições econômicas e tecnológicas são bastante heterogêneas, variando tanto em função de suas características específicas como de sua localização geográfica e de seu papel na rede de cidades nas quais estão inseridos. Todavia, consideramos que o resgate do planejamento pelas administrações locais é instrumento estratégico para lograr uma melhor colocação de suas respectivas cidades no ranck nacional.” (AZEVEDO, 1994, p.38)

O processo de identificação de “potencialidades”, pelo qual os municípios procuram mapear os setores mais atrativos ao capital, e a descentralização da tomada de decisões, que caminha a passos rápidos, são fatores fundamentais para dar corpo e agilidade ao novo perfil administrativo exigido pelo moderno capital na gestão dos recursos do mercado mundial.

“Quando se fala em mundo está se falando, sobretudo, em mercado, que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive natureza; mercado das idéias, inclusive a ciências e a informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado. (...) Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias,

parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista dos atores hegemônicos, as verticalidades, enquanto as horizontalidades hoje enfraquecidas) (...) A arena da oposição entre o mercado — que singulariza — e a sociedade civil — que generaliza — é o território, em diversas dimensões e escalas.” (SANTOS, 1996, p.18-19)

O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS DECISÕES

O processo de regulamentação da nova articulação do mercado mundial passa, necessariamente, pelo planejamento em escala global. Novas normas são exigidas para que as redes se articulem de forma eficaz e dinâmica, o que implica uniformização em nível ampliado dos processos de discussão e implementação das políticas públicas. Este processo é orquestrado em dois níveis distintos: o primeiro implica mudanças estruturais das economias, e é articulado pelo FMI; o segundo, regido pelo Banco Mundial, atua na microestrutura econômica com a propositura das políticas públicas como previdência, educação, preços públicos, etc. Nesse sentido, é relevante observar quais são as características e opções de planejamento que o Brasil vem adotando, e de que forma as cidades conseguem incorporar e articular este planejamento, verificar a série de atributos necessários ao pleno desenvolvimento do capital e das forças de mercado.

A descentralização como bandeira foi uma constante em Istambul e é exigência dos órgãos fomentadores internacionais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), entre outros, para o financiamento de programas públicos, que, como contrapartida, impõem ao planejamento local a adequação das tarefas de gestão da coisa pública como instrumento para agilizar as relações de mercado.

“É evidente que o neoliberalismo procura tirar partido dessa situação, promovendo a competição entre as chamadas cidades globais, ou seja, aquelas que melhor prestariam para oferecer serviços de infraestrutura (destacando-se a necessidade de informações precisas e rápidas) exigidos pela dinâmica e pelo interesse das forças que dirigem o mercado globalizado, em especial os gigantescos conglomerados mundiais.” (MARICATO, 1997a, p.273)

Segundo Maricato, o processo de reordenação das políticas públicas pode ser caracterizado por apenas um conceito, “flexibilidade”, que dá o tom a uma série de alterações no arcabouço conceitual vigente pois lança novos paradigmas para a sociedade atual. O “antigo” modelo fabril estandardizado do fordismo, por exemplo, que privilegiava um produto feito à exaustão e para todos, cede lugar, pouco a pouco, a uma linha de produção flexível capaz de atender à demanda deste ou daquele grupo da sociedade.

Pela dinâmica do sistema, esta flexibilidade conecta-se a outros setores da sociedade, criando uma série de desequilíbrios e fragmentando a “unidade produtiva” (como a conhecíamos) em múltiplas etapas desse mesmo processo, que, ao final, podem ser rearticuladas em um número bastante amplo de produtos. Existem elementos concretos que demonstram que a “mobilidade estrutural produtiva” da acumulação flexível de capital tem, como subproduto, a fragmentação do território em diversos pontos de “contato” (enquanto outros pontos deixam de existir, por serem desnecessários ao novo modelo), ou seja, o “desenvolvimento” não se “espalha” por uma região muito ampla; assim, os elementos da nova dinâmica do capital levam a crer que a repercussão regional na criação de empresas auxiliares é bastante reduzida. (GARCIA, 1997)

A nova ordem, tecida no planejamento mundial e nas necessidades das empresas transnacionais, cria em seu bojo uma geografia global que descarta (de maneira geral) grandes espaços físicos e, às vezes, países ou até continentes inteiros, como é o caso do continente africano. Assim, o esforço das administrações em incluir “seu espaço” no “globalizado” representa, antes de uma opção política, um imperativo quase absoluto. O que se faz, então, é introduzir técnicas de planejamento e construir equipes preparadas para receber a ancoragem do capital.

Nesse sentido, os acontecimentos econômicos e políticos globais apontam para duas tendências:

1) Observamos, num primeiro momento, uma enorme fragilização dos Estados nacionais diante do capital internacional, que tem submetido os projetos de desenvolvimento endógenos aos interesses e caprichos das empresas transnacionais, ocasionando como subproduto um alto grau de internacionalização da economia. No entanto, é interessante observar que o Estado nacional é peça-chave para o processo de desenvolvimento do capital internacional e de sua potencialização, não podendo este prescindir dos fortes investimentos públicos. (OLIVEIRA, 1998)

2) Num segundo momento, há os processos de descentralização e desregulamentação que atingem todos os setores da atividade humana e têm, como centro, as novas tecnologias, que, quando empregadas, causam impactos globais atingindo todas as localidades. Dentro desta lógica de investimento e de tecnologia, as cidades têm procurado atrair recursos visando reestruturar-se para garantir os maiores aportes financeiros possíveis e elaborar estudos que visem identificar setores com potencial para investimento e, assim, encontrar “determinada vocação regional”, quando não existe, incentivando pesadamente para a construção dessa identidade.

É interessante observar que estes dois processos ocorrem de maneira simultânea e sobrepostos, permeando-se gradativamente, em diferentes níveis de complexidade e aspectos regionais que dependem, em última análise, do grau de articulação das forças sociais, políticas e econômicas encontrado localmente.

ASPECTOS DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA NO BRASIL

A sociologia urbana tem se debruçado sobre a cidade e debatido seus grandes problemas e suas possíveis soluções; a emergência de conflitos sempre crescentes, o inchaço das cidades são temas recorrentes em sua teoria dentre os muitos cortes possíveis na análise do urbano.

Vimos, nas três últimas décadas, o processo de urbanização cada vez mais crescente e descontrolado, que tem despertado e dado origem a muitas análises voltadas a problemas urbanos como moradia, transporte, saneamento, adaptabilidade, movimentos sociais, marginalização e violência, entre outros temas relevantes. Esses estudos mostram uma cidade em movimento crescente, devido, primeiramente, à grande massa camponesa expulsa da zona rural, que, com sua presença sempre crescente, congestiona a infra-estrutura urbana e aumenta enormemente a demanda por serviços e equipamentos urbanos.

Essa pressão social e o aumento explosivo das periferias das grandes cidades representam o primeiro momento das transformações em curso na comunidade humana. A Conferência Habitat II debateu estes temas e estabeleceu novas metas e paradigmas na tentativa de resolver os graves problemas enfrentados hoje pela maioria dos países ditos em desenvolvimento.

No Brasil, a demanda por serviços e infra-estrutura é sinalizada pelo governo pós-64 com uma série de programas arquitetados pelo regime militar, que mantinha nas décadas de 60 e 70 uma política central e centralizadora de planejamento e políticas públicas como BNH, Planasa e Sanasa, entre outras, que tinham em sua lógica uma racionalidade setorial que, devido aos conflitos e desencontros gerados na execução dos programas propostos, não chega a criar uma política integrada, capaz de solucionar os problemas emergentes.

“A partir de 1964 o governo federal procurou imprimir à máquina burocrática estatal uma racionalidade econômico-administrativa de cunho empresarial. Nesse sentido, a transformação do aparelho estatal teve como uma de suas características induzir os órgãos da chamada administração indireta — autarquias, empresas públicas, empresas de economia mista e fundações de direito público — a atuarem de forma nitidamente empresarial, ou seja, com capacidade de se auto-sustentarem sem criar ônus para o erário público.” (AZEVEDO, 1994, p.252)

A sobreposição de poderes decorrente de empresas “autônomas” e atuantes em áreas urbanas específicas e a incapacidade de articulação entre os diversos setores levaram o projeto dos militares a um enorme fracasso. “(...) ao final da década de 70 tanto o governo federal quanto a maioria dos governos estaduais começaram a apresentar sinais de abandono das tentativas compreensivas e globalizantes e integradas de planejamento”. (idem, p.254)

A partir da década de 80, em razão da redemocratização do país com a chamada Nova República, esses programas foram, pouco a pouco, desativados ou “assumidos” pela iniciativa privada através de diferentes mecanismos como terceirização, cooperativas de habitação, financiamento público de empreendimentos privados, privatização dos programas de habitação popular (como é o caso da habitação, setor em que, com a extinção do BNH em 1986, a Caixa Econômica Federal passa a financiar a construção de imóveis por empresas do setor privado).

Este novo espaço criado pelo afastamento do setor público em favorecimento do privado representa um reflexo da abertura econômica e o fortalecimento dos ideais neoliberais, nos quais a diminuição do Estado é fórmula mágica para a solução dos desequilíbrios e das crises (que, no caso brasileiro, têm raízes profundas). Observe-se, entretanto, que o capital não prescinde do Estado; ao contrário, a demanda por recursos públicos aumenta substancialmente, pois esses recursos são necessários para efetivar a reprodução do capital e para conter a baixa tendencial das taxas de lucro.

Outro fator importante a ser analisado, para se entender os limites do planejamento, é a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e o novo papel das cidades brasileiras nesse processo. É interessante observar que a decisão de como o país vai se inserir na cadeia produtiva mundial passa mais por uma opção exógena do que endógena, uma vez que é ao centro do capitalismo que cabe decidir qual será o perfil dos países e qual o papel desempenhado por eles, e a opção, então, não cabe à periferia do capital.

A complexidade estrutural que advém da nova divisão internacional do trabalho obriga ao planejamento ostensivo visando responder às tendências do mercado, mas estas nem sempre se efetivam. As linhas de orientação colocadas pelos especialistas são, muitas vezes, apenas especulações que não se concretizam, daí a dificuldade em saber qual segmento priorizar.

Os reflexos da globalização da economia podem ser sentidos no Brasil em todos os momentos da vida atual. A dependência do país em relação ao fluxo de capitais estrangeiros é bastante grande. A onda de fusão de empresas, a compra de setores inteiros da economia nacional, a internacionalização do setor bancário, a venda desregrada das empresas estatais são apenas alguns dos reflexos da mudança da concepção da função do Estado moderno. A reforma do Estado aponta para a implementação de uma “nova mentalidade” na gestão da coisa pública — o mundo vive a era da “racionalidade administrativa gerencial”.

O modelo de “administração pública gerencial” foi discutido no Brasil em um seminário realizado em Brasília, promovido pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado. Financiado pelo BID e pela ONU, contou com a participação do presidente Fernando Henrique Cardoso, do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira e de representantes dos governos da Nova Zelândia e da Inglaterra, entre outros. A tônica do discurso é centrada na mudança do processo de tomada de decisão “burocrática” para as decisões baseadas na “racionalidade gerencial” e no apoio às ONGs e no desenvolvimento das decisões localizadas como forma de o

Estado cumprir os papéis fundamentais na gestão da coisa pública.

O tema é bastante complexo para ser discutido neste artigo, mas sua importância é enorme, pois o Estado redefine suas atividades em função de uma relação do processo global da economia, retirando-se de setores que durante anos foram considerados de “segurança nacional”, como telecomunicações, energia e recursos minerais.

“A reforma provavelmente significará reduzir o Estado, limitar suas funções como produtor de bens e serviços e, em menor extensão, como regulador, mas implicará também ampliar suas funções no financiamento de atividades que envolvam externalidades ou direitos humanos básicos, e na promoção da competitividade internacional das indústrias locais.” (PEREIRA, 1998, p.241)

PENSANDO LONDRINA NA ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

No sentido de atender às novas demandas internas e externas, Londrina, em 1995, requisitou um estudo à empresa Andersen Consulting, no intuito de traçar um diagnóstico apurado das potencialidades da cidade e de verificar estratégias de atração das empresas desejadas. Trata-se de um estudo técnico bastante aprofundado, batizado de MDI—Modelo de Desenvolvimento Industrial, e que coloca-se como ferramenta indispensável para localizar os pontos de atração e as vantagens competitivas que a cidade pode oferecer aos futuros interessados em acessar seus recursos. Vejamos um trecho de um relatório da fase intermediária, produzido em 1995:

“[Este estudo] Tem como objetivo prioritário despertar, dentro da comunidade de investidores, interesse sobre Londrina como potencial destino de seus capitais, e canalizar um fluxo contínuo de investimentos de longo prazo. Ações fundamentais:

“. Atividades de criação de imagem (awareness): Despertar interesse dos investidores, construindo uma imagem de que Londrina é um local favorável para desenvolver seus empreendimentos.

“. Atividade de geração de investimentos: Estabelecimento de contatos com a comunidade de investidores, a fim de persuadi-los a investir em Londrina”. (ANDERSEN CONSULTING, 1995, p.47)

Londrina, ao solicitar o estudo à Andersen Consulting, procura munir-se de informações referentes ao potencial da cidade para atrair novas empresas e consolidar um parque fabril voltado às “vocações regionais”. Com base nos levantamentos feitos a prefeitura criou o Plano Diretor da Cidade Industrial (Masterplan) e constituiu a Cidade Industrial de Londrina (CIL), como forma de dar continuidade ao projeto de colocar a cidade em patamares de melhor competitividade.

“A CODEL – Companhia de Desenvolvimento de Londrina, em boa hora empreendeu estudos que permitissem redirecionar as estratégias municipais de desenvolvimento, a fim de estimular e aumentar as receitas do Município, assim como ampliar as oportunidades de trabalho e emprego na cidade. A fim de consubstanciar suas propostas, iniciou-se tais estudos por meio de uma análise empreendida pela firma Andersen Consulting, a qual, após levantamentos e estudos comparativos, concluiu pela sugestão de *incentivar com firmeza* o crescimento do parque industrial, apontando quatro setores de atividade com vocação na região: o de alimentos, o fármaco-químico, e o eletro-eletrônico, além de telecomunicações, indústria de equipamentos médico-hospitalares.” (JORGE WILHEIM CONSULTORES ASSOCIADOS, 1998, p.1)

Observa-se no discurso a preocupação em industrializar a cidade como forma de promover seu desenvolvimento econômico, gerar receitas para o município e aumentar a oferta de emprego. Em todo o mundo, no entanto, observa-se a redução da geração de emprego do setor primário, que vem se reduzindo desde a década de 40, e do setor secundário, que, a partir da década de 60, com a implementação constante de novas tecnologias, também tem se reduzido. Porém, no setor terciário observa-se um aumento significativo. Dados da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com números da força de trabalho dos principais países do Primeiro Mundo, apontam esta tendência. Embora os dados mais recentes sejam referentes à década de 80, eles são ilustrativos e podem lançar dúvidas a respeito da eficácia do projeto de desenvolvimento que a cidade de Londrina quer implementar, principalmente para a geração de emprego.

Estrutura de emprego em países capitalistas avançados escolhidos no período de 1960-1980 ilustrando o aumento da economia de serviços

TABELA 1: População empregada na agricultura, na indústria, e no setor de serviços (%)

	Agricultura			Indústria			Serviços		
	1960	1973	1981	1960	1973	1981	1960	1973	1981
Austrália	10,3	7,4	6,5	39,9	35,5	30,6	49,8	57,1	62,8
Canadá	13,3	6,5	5,5	33,2	30,6	28,3	53,5	62,8	66,2
França	22,4	11,4	8,6	37,8	39,7	35,2	39,8	48,9	56,2
Alemanha Ocidental	14,0	7,5	5,9	48,8	47,5	44,1	37,3	45,0	49,9
Itália	32,8	18,3	13,4	36,9	39,2	37,5	30,2	42,5	49,2
Japão	30,2	13,4	10,0	28,5	37,2	35,3	41,3	49,3	54,7
Espanha	42,3	24,3	18,2	32,0	36,7	35,2	25,7	39,0	46,0
Suécia	13,1	7,1	5,6	42,0	36,8	31,3	45,0	56,0	63,1
Reino Unido	4,1	2,9	2,8	48,8	42,6	36,3	47,0	54,5	60,9
EUA	8,3	4,2	3,5	33,6	33,2	30,1	58,1	62,6	66,4
OCDE	21,7	12,1	10,0	35,3	36,4	33,7	43,0	51,5	56,3

Fonte: Estatística da força de trabalho da ODCE (apud Harvey, 1992, p.149).

Observando-se os dados da Tabela 1 é fácil verificar a migração dos empregos dos setores primário e secundário para o setor terciário, ocorrida entre as décadas de 60 e 80. Mesmo não dispondo de dados referentes à década de 90, é possível fazer uma projeção das mudanças ocorridas no mundo do emprego na década de 80, uma vez que estas se caracterizaram pela reorganização do setor produtivo, com processos de reengenharia, terceirização das atividades fabris, linhas de produção inteiramente robotizadas e pelo impacto causado pela informática, que aumentou enormemente a racionalidade do sistema

Londrina especializou-se, nas últimas décadas, no setor de serviços, e transformou-se em pólo regional, com destaque para os setores financeiro, médico-hospitalar, educação e comércio. O parque industrial da cidade ficou estagnado e limitado a poucas indústrias “espalhadas” pela cidade sem uma ordenação por ramo ou porte. Assim, o perfil econômico do município está centrado fortemente em um comércio atuante, em pequenas empresas, em escritórios e unidades de serviço médico e em serviços bancários e financeiros. Na década de 80 o destaque está na prestação de serviços, sobretudo no setor de educação.

Uma análise rápida da constituição das atuais dez maiores empresas de Londrina, publicada pela CODEL, ilustra o perfil da economia municipal e a geração de empregos no município de Londrina; depois será verificado o impacto que a nova política municipal, se implantada com sucesso, pode causar na dinâmica do município.

TABELA 2: Nome das principais empresas instaladas em Londrina (dez maiores, por número de empregados)

Empresa	Nº de empregados
1. Viação Garcia	2.125
2. Transporte Col. Grande Londrina Ltda	1.215
3. Cia. Cacique de Café Solúvel	1.070
4. Grupo Jabur (Jabur Pneus Ltda)	750
5. Fiação de Seda Bratac S.A	494
6. Catuaí Ind. Com. de Vestuário Ltda.	320
7. Hussman Fast Frio do Brasil Ltda.	300
8. Selmi & Cia.	285
9. Herbitécnica Defensivos Agrícolas	280
10. Infibra do Paraná Cimento Amianto	260
TOTAL	7.099

Fonte: PML (1998, p.41)

Analisando o perfil das dez maiores empresas da cidade de Londrina (Tabela 2), percebe-se que há, nelas, uma forte concentração dos empregos no setor de serviços (4.410 empregos — 62,2%) e que o setor industrial emprega muito pouco (2.689 empregos — 37,8%). A seguir podemos observar a tabela divulgada pela Prefeitura de Londrina em um informativo cuja tônica é o otimismo em relação ao futuro da cidade. Nela observamos várias empresas que estão sendo implantadas em Londrina e outras com previsão de implantação.

TABELA 3: Previsão de empresas a serem implantadas em Londrina e outras com previsão de implantação e a respectiva geração de empregos

Empresa	Nº de empregados*
1. Dixie Toga	432 d.
2. Ultragaz	700 d. i.
3. Shop de Informática	400 d. i.
4. Herbitécnica	100 d.
5. Super Mufatto (supermercado)	250 d.
6. Projeto Multiplex	100 d.
7. Minasgás	600 d. i.
8. Casa do Empreendedor	14 d.
9. Barão Metalúrgica	520 d. i.
10. Kumho Tires	1500 d.
11. Elevadores Atlas	1100 d.
12. Itap-Bemis	500 d.
13. INEPAR	200 d. i.
14. Cacique Solúvel	100 d.
15. Montasa	50 d.
16. Global Telecom	815 d.
17. Confeções Vox	140 d.
TOTAL	7.521

*d = diretos; i = indiretos.

Fonte: 1 BILHÃO... (fs.d.), p.5)

A efetivação da Cidade Industrial de Londrina, conforme a divulgação do informativo da prefeitura, pode, num primeiro momento, alterar a posição das maiores empresas do município nesse *rank*, além de modificar a estrutura do perfil do emprego na cidade. No entanto, se levarmos em consideração os dados divulgados pela prefeitura, e estabelecermos, a respeito deles, uma análise ainda que superficial, podemos verificar que, dos 7.512 empregos divulgados, apenas 4.442 empregos são ligados ao setor industrial e, desses, 100 são da Cacique, 50 da Montasa, 520 da Barão Metalúrgica e 100 da Herbitécnica, empresas já estabelecidas no município. Se subtrairmos esses empregos, os novos postos na indústria seriam 3.672. Desses, devem ser subtraídos 1.500, da Kumho Tires, pois a empresa depende de ajustes na economia dos tigres asiáticos para continuar com o projeto de implantação de novas unidades. Sobrariam, então, 2.172 empregos na indústria.

Para atrair estas empresas, além da infra-estrutura urbana da Cidade Industrial o município oferece isenção da taxa de licença para execução da obra; isenção da taxa de licença para localização do bem e sua renovação anual (artigo 49 do Código Tributário Municipal); isenção do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU); isenção da taxa de coleta de lixo; isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), incidente sobre a compra, pela indústria, do imóvel destinado à sua instalação. As isenções são de dez anos para indústrias instaladas na zona urbana e de até quinze anos para as instaladas na zona rural, além de crédito subsidiado pela comunidade européia, através do Programa Paraná/Europa.

Os incentivos não são novidade, uma vez que é prática há muito corrente. O que se vê de novo neste cenário é a tônica do discurso da globalização e da racionalidade administrativa voltada para atender explicitamente a alguns setores da economia e a crescente necessidade de recursos públicos para as empresas privadas expandirem suas atividades.

Para a implantação do projeto de industrialização o município adquiriu uma área equivalente a 1.000 alqueires, distribuídos em quatro ou cinco pontos diferentes da cidade, com maior concentração na CIL (440 alqueires). O projeto foi coordenado por Jorge Wilhelm (o mesmo arquiteto da Cidade Industrial de Curitiba). O grande *city marketing* de Curitiba lhe dá autoridade para a execução de um plano técnico acima de qualquer suspeita. (ver GARCIA, 1997)

No discurso dos órgãos de divulgação da prefeitura, Londrina, em sua constituição, já nasce “global”, fundada pela companhia inglesa de terras batizada de Companhia de Terras Norte do Paraná. Depois de ter sua produção de café destinada à exportação — o que lhe vale, na década de 50, o título de Capital Mundial do Café —, sua pujança econômica começa a decair, no final da década de 60, e, em 1975, por conta da forte geada que abalou a cafeicultura regional, sofre uma queda ainda mais brutal. Em conseqüência, houve grande ociosidade de mão-de-obra rural e a cidade, por sua posição de pólo regional, sofreu um enorme “inchaço” populacional a partir do final da década de 70, o que a levou a enfrentar grandes crises.

“Londrina a ‘filha de Londres’, foi planejada na capital inglesa para ser a primeira de uma série de cidades-novas do Norte do Paraná. A partir dos anos 30, migrantes de todo o Brasil e de 30 países vieram para cá e construíram uma vida em comum. Planejada para ser uma cidade de 20 mil habitantes, Londrina logo se transformou na ‘Capital Mundial do Café’”. (FOI ASSIM..., [s.d.] p.2)

A construção de uma “imagem da cidade” com uma forte conexão com os ingleses e com o “pioneirismo” que atribui ao cidadão do norte do Paraná características “especiais” de construção de seu próprio destino, para o qual o governo pouco ou nada fez, conecta-se e alinha-se com o discurso da globalização, que vê na iniciativa privada, no mercado e na redução do Estado a solução para todos os problemas. Por outro lado, a imagem do “pioneirismo” estampada na empresa de telefonia de Londrina, a Sercomtel, que durante anos tem sido o orgulho da cidade pois encontra-se entre as “melhores” empresas do Brasil, e que, privatizada recentemente, parece estar servindo de fonte de financiamento para os projetos de industrialização, representa e é simbólico de uma estrutura que necessita cada vez mais de recursos públicos para continuar se reproduzindo.

O momento vivido pela cidade de Londrina e região é especialmente interessante, pois é a cristalização de um momento bastante rico da história humana. O acompanhamento crítico desse “espaço” pode lançar um foco de luz na articulação de um discurso global e a efetivação deste em uma realidade local. Este discurso é permeado por uma retórica que é, na verdade, quase um coro da maioria das administrações públicas, pois ocorre em todos os níveis da vida brasileira, como crítica ou de forma apologética, mas é particularmente forte no *locus operandi* do capital, e aponta para a efetivação da racionalidade do modelo de administração pública gerencial, amplamente discutida nos países

do Primeiro Mundo e “vedete” do processo de reforma do Estado brasileiro.

A racionalidade gerencial dos governos municipais não é recente. Num colóquio realizado em 1985, em Orleans, nos Estados Unidos, acadêmicos e administradores de oito das maiores cidades de sete países do Primeiro Mundo reuniram-se com empresários para definir alternativas na administração dos recursos municipais e apresentaram como consenso que “os governos urbanos tinham que ser muito mais inovadores e empreendedores” (HARVEY, 1996, p.49) na implementação de políticas públicas que visem a sanar a falta de suporte fiscal decorrente da reestruturação econômica e que devem priorizar as atividades geradoras de riqueza como forma de minimizar o impacto da ausência de recursos sobre os cidadãos — ou seja, o poder público municipal deveria atuar na concepção e implementação de políticas que visem empreender o desenvolvimento do capital. É a passagem do sistema de administração burocrática para a administração pública gerencial, onde o Estado retira-se de setores de promoção do bem-estar social e, ao aproximar-se da racionalidade gerencial, acaba por ser agente importante e determinante na reprodução social do capital.

“Desde o início dos anos setenta, na medida em que o pleno emprego saiu do topo das prioridades governamentais, as Câmaras municipais começaram a assumir o desafio. Havia apoio para as pequenas empresas; para conexões mais estreitas entre os setores privados e o público; e oferta de terrenos para atrair novos empreendimentos. Estavam assim adotando o papel econômico tradicional dos governos locais britânicos que ofereciam incentivos sob a forma de subvenções, empréstimos, subsídios à infra-estrutura, sem exigir envolvimento recíproco da comunidade, de forma a atrair empresas industriais e comerciais que estivessem procurando locais adequados para investir ou se instalar.

“O Governo local hoje, assim como no passado, pode oferecer sua própria forma de empresariamento, para fazer face à enorme mudança social e econômica acarretada pela reestruturação tecnológica e industrial”. (BLUNKETT & JACKSON, 1987 apud HARVEY, 1996, p.49)

CONCLUSÃO

Qualquer conclusão a respeito deste assunto parece precipitada, uma vez que a complexidade do processo para a tomada de decisão é bastante grande, pois envolve um número enorme de variáveis a serem estudadas apenas neste artigo. Entretanto, ao olhar a especificidade da vida local e o processo de tomada de decisões realizado nela, com identificação dos agentes da sociedade civil que interferem e contribuem para o processo, pode-se, ao menos, ajudar na compressão de uma parte importante da vida nacional, o município, que, sem dúvida, representa um local importante do processo de reprodução social. Os programas que visam

a melhoria da vida do cidadão, a cristalização de projetos de industrialização e a proximidade com o poder facilitam o acesso da população às discussões pertinentes à tomada de decisões política.

Não foi intenção, aqui, apresentar soluções para os problemas levantados, pois não era a proposta inicial. No entanto, fica o registro de que a produção de trabalhos que apontam alternativas para o desenvolvimento social e de inclusão dos cidadãos na vida política e econômica das diversas instâncias da vida nacional são cada vez mais numerosos e criativos. A problemática aqui discutida faz parte de um “problema aberto”, cujo fechamento depende de todo um conjunto de forças sociais que ainda estão em movimento, umas em pleno espaço de expansão e outras em refluxo histórico, onde procuram uma nova articulação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BILHÃO de dólares e 7.521 empregos. *Cidade de Londrina – Informe de Utilidade Pública e Comunicação Social*. Londrina, n.2, [s.d.]. p.5
- ANDERSEN CONSULTING. *Plano de desenvolvimento industrial de Londrina*. Modelo de desenvolvimento industrial de Londrina. [s.l.], nov. 1995.
- AZEVEDO, Sérgio de. “Planejamento, cidade e democracia: reflexões sobre o papel dos governos locais nos anos 90”. In: *O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1994.
- BENKO, Georges. “Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução econômica no século 20”. In: SANTOS, Milton; SOUSA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Laura Maria. (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996. p.51-71.
- DOWBOR, Ladislau. *Introdução ao planejamento municipal*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *A reprodução social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FOI ASSIM que tudo começou. *Cidade de Londrina – Informe de Utilidade Pública e Comunicação Social*. Londrina, n.2, [s.d.]. p.2
- GARCIA, Fernanda Sanches. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- _____. “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. *Espaço e Debates*, ano XVI, n.39, p.48-64, 1996.
- IANNI, Octavio. “A política mudou de lugar”. In: Dowbor, Ladislau; IANNI, Octavio; REZENDE, Paulo E.A. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- JORGE WILHEIM CONSULTORES ASSOCIADOS. *Plano diretor “Masterplan” – Cidade Industrial de Londrina*. Londrina, 1998. (Relatório)
- MARICATO, Ermínia. “Contradições e avanços da Habitat II”. In: *Habitat contemporâneo*. Salvador: UFBA, 1997a. p.21-37.
- _____. “O novo papel das cidades no mercado mundializado”. In: *Habitat contemporâneo*. Salvador: UFBA, 1997b. p.273-277.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Da administração pública burocrática à gerencial”. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & SPINK, Peter Kevin.

(orgs.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. São Paulo: FGV, 1998. p.237-270.

PML-PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. Companhia de Desenvolvimento de Londrina-CODEL. *Plano de desenvolvimento industrial*. Caderno de informações. Londrina: PML-CODEL, 1998.

SANTOS Milton. "O retorno do território". In: SANTOS Milton; SOUSA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Laura Maria. (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996. p.15-20.

JACAREZINHO:

paradoxo de prosperidade e miséria*

Manoel José Takahashi Sakuma

Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

O texto discute o município de Jacarezinho como um caso paradigmático de desenvolvimento econômico recente, analisando as condições de vida da população e os fatores que contribuíram para a sua prosperidade. O autor aponta para a existência de um paradoxo entre a riqueza gerada e a pobreza persistente, especialmente em áreas periféricas. A análise considera o papel do Estado, a atuação do setor privado e as dinâmicas locais de poder e desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; desigualdade social; capitalismo; planejamento.

estratégia econômica do município. Já que, desde a década de 1970, que a mão-de-obra local para a indústria de açúcar é essencial, esta ainda está em processo de expansão.

Além disso, os colonos que migraram para a área de Jacarezinho em grande número de pessoas que deixaram o município em busca de melhores oportunidades (econômicas) e de melhores condições de vida (social).

Assim, a preocupação central do presente estudo é compreender as condições materiais pelas quais o município de Jacarezinho passou durante a expansão da cultura da cana-de-açúcar e, também, de que forma esta expansão ocorreu. Para isso, analisamos as condições de vida da população em Jacarezinho nos últimos anos, bem como as relações entre cidade e campo, considerando como base teórica o processo de expansão econômica ocorrida no município em decorrência das últimas décadas. Assim, apresentamos tentativas de explicar a expansão da cana-de-açúcar e de que forma esta expansão ocorreu.

Primeiramente, a história da cidade de Jacarezinho é analisada a partir de sua origem no município de Londrina, onde se localiza a fazenda de Jacarezinho, que pertence ao grupo de fazendeiros de Jacarezinho e de Londrina. Em seguida, analisamos a expansão da cana-de-açúcar e o desenvolvimento econômico do município de Jacarezinho nos últimos anos.

As tentativas de explicar os novos processos de expansão econômica são feitas a partir do desenvolvimento do capitalismo nacional e regional, analisando-se que a expansão econômica pode ocorrer em áreas periféricas e em áreas centrais.

Uma das questões centrais do texto é a análise do desenvolvimento econômico de Jacarezinho nos últimos anos. O autor discute a expansão da cultura da cana-de-açúcar e o papel do Estado e do setor privado. A análise considera as condições de vida da população e os fatores que contribuíram para a sua prosperidade. O autor aponta para a existência de um paradoxo entre a riqueza gerada e a pobreza persistente, especialmente em áreas periféricas.

Assim, a preocupação central do presente estudo é compreender as condições materiais pelas quais o município de Jacarezinho passou durante a expansão da cultura da cana-de-açúcar e, também, de que forma esta expansão ocorreu. Para isso, analisamos as condições de vida da população em Jacarezinho nos últimos anos, bem como as relações entre cidade e campo, considerando como base teórica o processo de expansão econômica ocorrida no município em decorrência das últimas décadas.

Assim, apresentamos tentativas de explicar a expansão da cana-de-açúcar e de que forma esta expansão ocorreu. Para isso, analisamos as condições de vida da população em Jacarezinho nos últimos anos, bem como as relações entre cidade e campo, considerando como base teórica o processo de expansão econômica ocorrida no município em decorrência das últimas décadas.

* O texto é uma adaptação de um trabalho de pesquisa realizado no âmbito do projeto de pesquisa "Desenvolvimento econômico e desigualdade social em Jacarezinho: um estudo de caso" financiado pela FAPESP/2001/00123.